

# ACONTECE

Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Ano XIII - N.º 78 - Janeiro / Fevereiro 2012



Novos gestores Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, Sebastião Carlos Ranna de Macedo,  
Domingos Augusto Taufner e Luís Henrique Anastácio da Silva

## UM NOVO TRIBUNAL ↗04

Escola de Contas treina mais  
de três mil servidores públicos ↗03

# A caminho da excelência

Atento à Constituição, o Tribunal de Contas do Espírito Santo iniciou um novo ano de atividades ciente de que não pode adiar seu processo de reconstrução iniciado em meados do ano passado. Assim, atento ao crescente anseio da sociedade, que deseja um serviço público pautado na ética e na transparência, dedica-se à reorganização amparado pela confiança de que conquistará um padrão de excelência entre todos os congêneres brasileiros.

"É nossa tarefa conquistar o respeito da população, sua confiança e, por que não, sua admiração ao cumprirmos a missão precípua de combater a corrupção e defender a boa aplicação dos recursos públicos.

Por mais que façamos, se nossos atos não servirem para melhorar a vida das pessoas, nada teremos feito", disse o ex-presidente Sérgio Aboudib Ferreira Pinto ao dar posse ao presidente eleito Sebastião Carlos Ranna de Macedo.

Carlos Ranna, por sua vez, convidando a sociedade e a imprensa a participarem, propôs um pacto para exercer uma gestão focada nos resultados, na efetividade e na transparência, "à moda de outros tribunais que já trilham novos caminhos porque apostaram na modernidade adequada aos novos tempos e se fizeram melhores".

Ao lamentar a crescente degradação dos valores humanos, Carlos Ranna lembrou que as obrigações do Tribunal de Contas devem conside-

rar o combate à fome e à miséria e a humanização dos meios pelos quais a dignidade humana seja o objetivo fundamental, tais como serviços de saúde e educação de qualidade e meio ambiente sadio, entre outras obrigações que devem advir do dinheiro público bem aplicado.

Esta edição ressalta esse propósito de construção de um novo Tribunal. Há consciência suficiente e evidente comunhão interna focadas nessa intenção. A nova gestão se conduzirá baseada no Plano Estratégico, construído para sustentar as ações de controle da Corte no seu mais amplo propósito, segundo princípios da moralidade e dos valores éticos.

Boa leitura! 

## Expediente



Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá.  
Vitória, ES. CEP 29050-913  
Tel.: (27) 3334-7600  
www.tce.es.gov.br

**PRESIDENTE**  
Sebastião Carlos Ranna de Macedo

**VICE-PRESIDENTE**  
Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

**CORREGEDOR-GERAL**  
Domingos Augusto Taufner

**CONSELHEIROS**  
Umberto Messias de Souza  
Marcos Miranda Madureira  
José Antônio Almeida Pimentel

**AUDITORES**  
Márcia Jaccoud Freitas  
João Luiz Cotta Lovatti  
Marco Antônio da Silva

**PROCURADOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS**  
Luís Henrique Anastácio da Silva

**PROCURADORES**  
Luciano Vieira  
Heron Carlos de Oliveira

**DIRETORA-GERAL DE SECRETARIA**  
Elisabeth Maria Klippel Amancio Pereira

**ACONTECE**

**Informativo do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**

**CONSELHO EDITORIAL**  
Elisabeth Maria Klippel Amancio Pereira  
Andrea Norbim Beconha  
Raimundo Nonato Portela de Medeiros  
Fábio Vargas de Souza  
Odilson Souza Barbosa Júnior  
Luís Filipe Vellozo Nogueira de Sá  
Márcio Batista Marinot  
Lygia Maria Sarlo Wilken

**NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Orlando Eller - MTb 036/79



**EDITORAÇÃO**  
Rua das Palmeiras, 710,  
Edifício Santa Bárbara, Sala 401, Santa Lúcia  
Vitória-ES CEP 29056-210 Tel.: (27) 3315-4390  
jornalismo@balaioesdesign.com.br

**TEXTOS**  
Ítalo Galiza - MTb 2769/ES  
Orlando Eller - MTb 036/79-ES

**FOTOS**  
Wallace Capucho - MTb 1934/ES  
Tiago Moreno  
Arquivo TCE-ES

**REVISÃO**  
Ítalo Galiza - MTb 2769/ES

**DIAGRAMAÇÃO**  
David Hülle  
Bia Oliveira

**IMPRESSÃO**  
Gráfica Quatro Irmãos Ltda.  
Avenida Frederico Grulke, 1285  
Centro - Santa Maria de Jetibá  
Espírito Santo - CEP: 29645-000

# Três mil servidores recebem treinamento

A edição 2011 do Programa de Atualização Técnica, desenvolvido e executado pela Escola de Contas, conquistou resultados além da expectativa, como demonstra relatório apresentado pela instituição, em janeiro deste ano.

Segundo o documento, mais de três mil servidores de órgãos jurisdicionados do Estado participaram de cursos voltados para a área administrativa, jurídica e de gestão, com a finalidade de atualizar e aprimorar conhecimentos técnicos de gerenciamento de recursos públicos. Um número que supera a edição de 2005 – com 1.618 servidores treinados –, até então a que apresentava o maior índice de participação.

O sucesso dessa edição de 2011 pode ser explicado por um maior

número de cursos oferecidos – 13 ao todo – ministrados em encontros pré-programados e divididos em sete polos regionais, de Norte a Sul do Espírito Santo. Além disso, seminários e eventos também foram realizados no auditório da Corte, com o mesmo objetivo.

Outra importante novidade foi a parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), o que contribuiu para melhorar a estrutura do programa, possibilitando, assim, ofertar vagas para líderes comunitários locais e integrantes dos conselhos municipais.

De acordo com a Escola de Contas, a ideia é utilizar novas tecnologias nas próximas edições do programa para ampliar ainda mais a oferta de cursos – em especial a modalida-

de à distância – e complementar o conteúdo que é oferecido presencialmente, de forma que melhore ainda mais a qualidade dos cursos ministrados. ▀

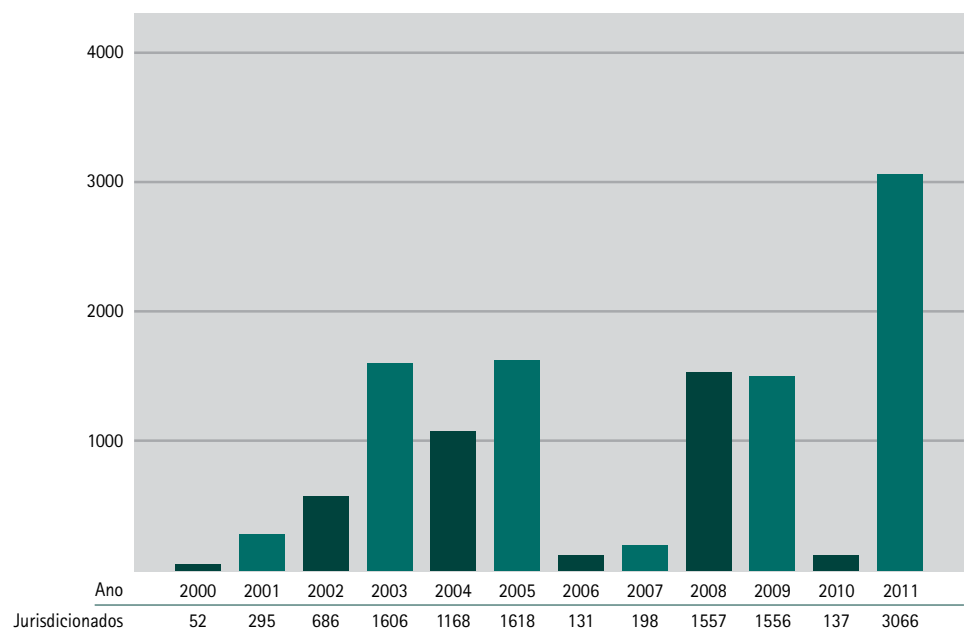
## Sobre a Escola de Contas

Possui a missão de orientar seus jurisdicionados e também planejar e implementar ações de capacitação visando a qualificação do corpo técnico da Corte.

### OS CURSOS OFERTADOS MAIS PROCURADOS EM 2011

- Licitações e Contratos Administrativos **(28% do total)**;
- Gestão Orçamentária e Financeira **(9% do total)**;
- Contabilidade Patrimonial **(9% do total)**;
- Excelência no Atendimento ao Cidadão **(9% do total)**.

Total de jurisdicionados treinados por ano



# Carlos Ranna propõe pacto para construir um novo Tribunal

Ao assumir o cargo de presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo propôs um pacto, que inclui a sociedade e a imprensa, com a finalidade de construir uma gestão focada nos resultados, em efetividade e transparência. Ao reconhecer que alguns tribunais brasileiros já trilham caminhos novos, Carlos Ranna considerou ser importante, desde já, adotar mecanismos que intensifiquem mudanças, adequadas ao anseio social e à realidade contemporânea.

À solenidade, realizada na terça-feira, dia 3 de janeiro, deu-se igualmente posse ao vice-presidente, conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, e ao corregedor-geral, conselheiro Domingos Augusto Taufner. Cerca de quatrocentas pessoas prestigiaram o evento, entre elas o governador Renato Casagrande, os presidentes dos Poderes Legislativo e Judiciário, prefeitos, vereadores, deputados, senadores e líderes do universo empresarial.

Em sua mensagem, Carlos Ranna enumerou alguns dos paradigmas da atualidade, em que há "avanços tecnológicos céleres, novos conceitos sociais, mas que, lamentavelmente, andam pari passu com a violência ilimi-

tada, que torna descartável a vida humana". E indagou: "De que vale todo esse desenvolvimento científico se, moralmente, a humanidade ainda rasteja na Idade da Pedra, no neolítico moral? Que mundo entregaremos às gerações futuras e que geração estamos preparando para lhe entregar o mundo? "

## PARTE DO INTERESSE SOCIAL

Numa breve reflexão sobre as Cortes de Contas, disse que a missão delas é parte indispensável do interesse social porque suas obrigações devem levar em conta o combate à fome e à miséria; devem considerar a humanização dos hospitais, a qualidade da educação e priorizar as auditorias operacionais e ambientais, com os olhos postos na defesa da sustentabilidade.

Ao defender a transparência, Carlos Ranna lembrou que "é preciso considerar o controle social; e não haverá controle social se a sociedade sequer entende o emaranhado dos números dos orçamentos públicos ou suas linguagens relativas ao controle; elas são quase sempre herméticas, vetustas e não sintonizadas com o interesse do povo que, embora sendo legítimo ti-

tular do poder, é, paradoxalmente, o mais alijado dele".

Sua gestão, que abrange o próximo biênio, estará lastreada nas ferramentas preconizadas no Plano Estratégico 2010-2015; e destinadas a sustentar as ações de controle em seu mais amplo propósito, inclusive com uso intensivo da tecnologia da informação e de parcerias com outros órgãos de controle, tais como o TCU, o Ministério Público e as forças policiais.

Baseado na experiência como auditor-geral do Governo do Espírito Santo por quatro anos, o presidente aposta nos efeitos benéficos do controle interno como ferramenta preventiva por excelência.



*Novo presidente Carlos Ranna durante o discurso de posse*

Ele lembrou que, durante aquele período, "a ação dos auditores internos permitiu uma economia superior a R\$ 300 milhões, superando todos os indicadores nacionais e mundiais". E, como ilustração, relatou dados da ONU sobre expressivos ganhos em economia e em qualidade de vida relativos a investimentos em controle interno e saneamento. →

## Larga experiência em gestão pública

Oriundo de família de agricultores de Coronel Pacheco, região ao Sul de Minas Gerais, Carlos Ranna cursou o ensino superior de Pilotagem na Academia da Força Aérea Brasileira. Também cursou Engenharia no ITA e Direito na Universidade Federal do Espírito Santo. Depois de pilotar helicópteros por várias regiões do Brasil, principalmente nas fronteiras amazônicas, foi aprovado em concurso público para o cargo de analista de Finanças Públicas, no Tribunal de Contas do Espírito Santo.

Como analista, exerceu as funções de coordenador do Núcleo de Análise e Estudos, à época setor responsável pela elaboração das instruções técnicas conclusivas; foi coordenador do Núcleo de Controle de Documentos e do Centro de Documentação; foi presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, mentor da primeira Tabela de Temporalidade de Documentos, hoje referência nacional; foi membro da Comissão Permanente de Licitação; além de instrutor da Escola de Contas e da Escola de Serviço Público (Eesp) em diversas disciplinas.

Em 2002, aprovado em novo concurso para auditor substituto de Conselheiro, passou a atuar no Plenário, relatando processos. No ano seguinte, convidado pelo então governador Paulo Hartung, passou a auditor-geral do Estado. No mesmo período, ocupou também a função de ouvidor-geral, o que lhe conferiu a oportunidade de participar da fundação da Associação Nacional das Ouvidorias Públicas.



Aos prefeitos, especificamente, disse que "recursos alocados para controle interno não podem ser vistos como despesa, mas tratados como investimento de alto retorno social". E prometeu-lhes que, com apoio dos conselheiros, do corpo técnico e de parceiros como o Sebrae e a CGU, o Tribunal incentivará a implementação de sistemas integrados de controle. "Atuando de forma coordenada, com sinergia, os controles interno e externo aumentarão exponencialmente a qualidade do gasto público; e sobrarão mais recursos para serem investidos nas áreas sociais vitais".

### DESAFIOS PARA ALCANÇAR A EXCELÊNCIA

O presidente Carlos Ranna disse que o Tribunal de Contas está reunindo e aprimorando mecanismos e instrumentos pelos quais pretende alcançar a excelência preconizada em seu Plano Estratégico. Entre as suas prioridades está a modernização da estrutura e dos meios operacionais, a efetividade no planejamento e na gestão, o uso crescente da tecnologia da informação, a reforma da lei orgânica e do regimento interno e o aprimoramento da comunicação com a sociedade.

### O que significa a excelência recomendada no Plano Estratégico?

Significa cumprir integralmente nossa obrigação, cuidar para

que o dinheiro público seja bem aplicado, estimulando o desenvolvimento e promovendo o bem-estar de todos; significa trabalhar em favor da erradicação da pobreza e da marginalização; significa vencer preconceitos e discriminação. Tudo segundo a Constituição.

**II** ATUANDO DE FORMA COORDENADA, COM SINERGIA, OS CONTROLES INTERNO E EXTERNO AUMENTARÃO EXPONENCIALMENTE A QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO; E SOBRARÃO MAIS RECURSOS PARA SEREM INVESTIDOS NAS ÁREAS SOCIAIS"

### Que desafios há para alcançá-lo?

São muitos os desafios, entre os quais organizar e modernizar a estrutura e os meios operacionais; modernizar e fortalecer a gestão e a competência dos servidores; buscar efetividade em planejamento e gestão de resultados; aperfeiçoar e ampliar a aplicação da tecnologia da informação em ações de controle; aprimorar os processos de comunicação e de transparência; e reformar a Lei Orgânica e o Regimento Interno.

### E se houver fatos novos?

O Plano Estratégico é a síntese

dos pontos de vista dos servidores e dos membros da Casa. Mais de quatro mil sugestões foram consideradas na elaboração do seu conteúdo. Portanto, está bem fundamentado. Vamos definir as prioridades para o biênio 2012-2013 e, se houver fatos novos, vamos considerá-los e lidar com eles com a devida flexibilidade.

### E a adequação à Lei da Ficha Limpa?

Estamos trabalhando para harmonizar conceitos jurídicos que envolvam entendimentos sobre quitação e saneamento. A proposta de alteração da lei orgânica do Tribunal de Contas, já distribuída aos conselheiros para futura deliberação, aborda essa questão. As Normas de Auditoria Governamental (NAG), ora em processo de adoção, também cuidam do tema, definindo e diferenciando erro e fraude. Convém lembrar que, desde o ano passado, o Tribunal está usando matriz de responsabilização para identificar nexos de causalidade entre atos praticados como lesivos e/ou irregulares e seus respectivos responsáveis.

### Que instrumentos há para identificar erros?

A nova sistemática tratada na Lei da Ficha Limpa permitirá que os tribunais de contas diferenciem erros formais (que não causaram dano injustificado ao erário) de atos dolosos (em que houve deliberada intenção de fraudar). A nova lei orgânica, as NAG, a matriz de responsabilização e a capacitação do nosso quadro técnico são



*Cerca de quatrocentas pessoas prestigiaram a solenidade de posse dos novos gestores da Corte*

instrumentos pelos quais o Tribunal dará efetiva resposta para a sociedade.

### **E a atuação preventiva?**

Quero ressaltar que mais importante do que punir é evitar que o dano ocorra; é garantir que os recursos sejam aplicados corretamente. A atuação preventiva e orientadora do Tribunal já está contribuindo para que isso aconteça. No ano passado, por exemplo, aplicamos um curso de atualização técnica abrangente do qual participaram mais de três mil servidores municipais.

### **O Tribunal pretende fazer parcerias?**

Toda parceria será bem-vinda. Já existe uma rede de controle público, composta de vários órgãos, entre eles o TCU, a CGU, a PGE, a Receita, o Ministério Público (estadual e federal) e as secretarias estaduais de Controle e de Segurança. Temos o

desejo de integrar o Tribunal a essa rede, buscando sinergia e compartilhando informações e meios.

### **É possível melhorar o controle social?**

Para que o controle se torne efetivo, é necessário que a sociedade tenha acesso às informações relativas às decisões e deliberações dos órgãos responsáveis. Em linguagem simples. Penso ser possível explicar, de modo didático e por meio de exemplos práticos, os números do orçamento público.

### **Quais os reflexos da lei sancionada pela presidente Dilma sobre critérios e prazos para divulgação de documentos públicos que são produzidos pelos Tribunais de Contas?**

Trata-se, sem dúvida, de um avanço institucional, prova de maturidade da sociedade brasileira.

Entrará em vigor no dia 18 de maio, tem abrangência nacional e seu cumprimento será obrigatório por todos os poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), além dos Ministérios Públicos e dos Tribunais de Contas. Vamos adequar a Lei Orgânica e o Regimento Interno do nosso Tribunal às regras estabelecidas nessa lei de acesso à informação.

### **Em que essa lei ajudará a sociedade?**

A mudança principal, segundo o ministro-chefe da Controladoria Geral da União, Jorge Haje, é que o Brasil sairá da cultura do sigilo para a cultura do acesso à informação. Os servidores públicos terão que prestar informações sobre todos os temas que não sejam sigilosos. O cidadão poderá solicitar acesso a dados que estejam sobre a tutela estatal, sem a necessidade de justificar o pedido. ▀

# Sérgio Aboudib presta contas

**A**o dar posse ao presidente eleito Sebastião Carlos Ranna de Macedo, o presidente Sérgio Aboudib Ferreira Pinto disse que a sua gestão, embora de breve duração (cerca de seis meses) foi extremamente produtiva para a Corte, graças à participação efetiva dos servidores e membros do Pleno.

Ele destacou as principais realizações, a saber:

- Edição da Portaria 33/2011, constituindo comissão para implantação do Programa Mais com Menos no âmbito do Tribunal. Interessa que seja igualmente adotado pelos jurisdicionados;
- Investimento em Tecnologia da Informação, com a reestruturação e modernização do parque tecnológico pela aquisição de equipamentos, softwares operacionais, software de segurança, sistemas de rede wireless, e nova modalidade de impressão, permitindo redução de custos da ordem de 30%;
- Doação de equipamentos de informática substituídos ao Comitê para Democratização da Informática do Espírito Santo, entidade que tem por missão a inclusão social de populações menos favorecidas;
- Edição da Resolução 227/2011, de implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública, incluindo o Guia de

Orientação para todos os nossos jurisdicionados;

- Aprovação, em plenário, do anteprojeto de lei complementar que institui a modalidade de remuneração por subsídio para a carreira de controlador de recursos públicos, transformando-os em auditores de controle externo;
- Apresentação do anteprojeto da nova lei orgânica do Tribunal de Contas;
- Elaboração do manual de gestão de

**TEMOS A TAREFA DE CONQUISTAR O RESPEITO DA POPULAÇÃO, A SUA CONFIANÇA E, ATÉ MESMO, A SUA ADMIRAÇÃO, EM RAZÃO DE UM COMBATE PERMANENTE CONTRA A CORRUPÇÃO E EM DEFESA DA BOA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS"**

contratos, possibilitando também uma orientação efetiva para os jurisdicionados, a ser em breve validada por resolução;

- Capacitação de mais de três mil servidores de órgãos jurisdicionados, nos polos de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Nova Venécia, com destaque para a realização do I Seminário de Controle Interno, com 300 participantes;
- Realização de 20 eventos de capaci-

tação para servidores do Tribunal, com mais de 500 participações. Destaque-se o seminário sobre normas de auditoria governamental, com mais de 140 participantes;

- Determinação do retorno de servidores cedidos, que não estejam exercendo cargo de secretários ou subsecretários de Estado ou de municípios, ou presidência de empresas públicas, para recompor a força de trabalho;
- Execução orçamentária de 99,54%, permitindo ao Poder Executivo a recuperação de créditos orçamentários da ordem de 457 mil reais.

Ao finalizar sua mensagem, Sérgio Aboudib registrou agradecimentos ao "apoio do governador Renato Casagrande, dos seus pares, dos servidores, das entidades sindicais pela ambiência interna, "fruto de uma convivência respeitosa e cordial" e, especialmente, pela mobilização e participação de todos no evento em defesa dos royalties.

E destacou especialmente duas alegrias: a primeira, pela posse do conselheiro Domingos Taufner, "em breve uma referência para



todos nós, com votos precisos e justos, devido ao seu excelente caráter e seu exemplo de vida". A segunda, de "participar do processo que eleger de forma unânime Carlos Ranna para presidente".

Agradecido a Deus por tê-lo preservado da " vaidade de querer per-

manecer no cargo de presidente" já que, pelas circunstâncias relativas a *quórum*, poderia se reeleger, preferiu a unidade em vez da "divisão desnecessária e maléfica".

Sérgio Aboudib, que em seguida foi empossado como vice-presidente para o biênio 2012-2013, destacou que "unanimidade só se constrói por meio de maioria sólida e em torno de projeto decente. Se o projeto não for decente, o homem de bem não aceita fazer parte dele. Nega-se a dar a unanimidade. Prefere marcar posição e votar contra. Ranna é homem de bem e, com certeza, fará grande administração. Temos confiança de que fará história".

Sobre o Tribunal que se pretende,

alertou que é preciso continuar a sua reconstrução para justificar sua existência. "Temos a tarefa de conquistar o respeito da população, a sua confiança e, até mesmo, a sua admiração, em razão de um combate permanente contra a corrupção e em defesa da boa aplicação dos recursos públicos. Por mais que façamos, se nossos atos não servirem para melhorar a vida das pessoas, nada fizemos".

"Aqui, ainda há muito por se fazer. Tenho a certeza de que, sob a liderança do novo presidente, levaremos esse Tribunal a ser uma referência conforme previsto em nosso planejamento estratégico", concluiu. ▀



*Sérgio Aboudib tomou posse como vice-presidente para o biênio 2012-2013*

# Domingos Taufner exige que dinheiro público seja bem aplicado

**E**m seu discurso de posse, o conselheiro Domingos Augusto Taufner realçou a confiança de que, zelando pela efetividade na aplicação do dinheiro público, o Tribunal estará contribuindo para que as necessidades da população sejam melhor atendidas.

"O desejo por justiça social me impulsiona; quero trabalhar por uma sociedade com oportunidades iguais para todos, de contribuir com a proteção ao meio ambiente, de garantir remuneração justa para os trabalhadores e de lutar pelos direitos básicos de acesso à saúde, à educação e à segurança", prometeu ele.

E garantiu: "Vou propor que sejam objeto de auditoria as po-

líticas públicas relacionadas à prevenção e à qualidade de vida. Se nossa Constituição preconiza que o SUS deve priorizar ações preventivas, queremos saber se a verba destinada à saúde foi bem aplicada".

Ele prometeu que ajudará a produzir legislação e entendimentos para que os bons gestores, aqueles cujas decisões pontuem políticas públicas voltadas para as necessidades sociais, tenham apoio e possam agir com mais segurança.

Embora defenda a fiscalização rigorosa, com punição para os que insistem em "comportamentos de natureza grave", Domingos Taufner aposta na orientação, meio pelo qual, segundo ele, será possível evitar que ocorram erros. E pondera que é preciso enten-

der, para separar, o que sejam desvios ou irregularidades formais.

Garantiu que exercerá a função atento ao interesse público; que interpretará a lei com equilíbrio e bom senso, com o objetivo de fazer julgamentos justos. "Ao redigir votos, usarei linguagem simples, sem termos bonitos que possam provocar dubiedade. Voto em linguagem simples e objetiva é mais fácil de ser interpretado, gerando mais segurança jurídica".

Prestigiaram sua posse o governador Renato Casagrande, os presidentes da Assembleia, Rodrigo Chamoun, do Tribunal de Justiça, Manoel Rabelo, do Ministério Público, Fernando Zardini, e do Tribunal Eleitoral, Pedro Valls Feu Rosa, além de lideranças políticas.



Ao lado do procurador Luciano Vieira, Domingos Taufner dá seu recado, já como conselheiro empossado

## O mundo virou seu palco

Ano de 1977. A ditadura militar estava em curso. Em meio ao contexto de censura, um tímido adolescente de quinze anos subia pela primeira vez ao palco em Vitória para vencer a inibição e conquistar a plateia de um tradicional teatro. A peça infantil Papo de Anjo, mesmo sem abordar tema politicamente polêmico, teve que ser aprovada pelo regime e ficou apenas um mês em cartaz. O "anjo" em questão era vivido por ninguém mais que Domingos Augusto Taufner, agora conselheiro.

Nascido em Várzea Alegre, interior de Santa Teresa, Domingos Taufner é filho de agricultores que migraram primeiro para Colatina e depois para Vila Velha, onde foi aprovado no exame de admissão para cursar o ensino médio na Escola Técnica Federal, atual Ifes. Foi naquela escola em que participou de um grupo cênico amador que o ajudou a perder a timidez, a empostar a voz e a ganhar segurança para falar em público.

A experiência de palco foi curta, pois, aos dezessete anos, precisou sair de cena para se dedicar ao vestibular. Disciplinado, foi aprovado para o curso de Engenharia Mecânica da Ufes. Depois, decidiu ser professor de Física e Química no ensino médio. Bacharel em Direito, pós-graduado em Direito Tributário e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais, Domingos Taufner leciona até hoje, mas só em cursos universitários.

Servidor há trinta anos, está habituado aos embates da vida pública a que, desde jovem, preferiu o papel

de protagonista. Aos dezenove anos tornou-se agente administrativo do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapras). Exerceu também, por duas vezes, mandato de vereador, em Vila Velha, experiência que o estimulou a lançar o livro Manual do Candidato a Vereador.

Na capital, foi diretor da Receita na Prefeitura, além de presidente do Instituto de Previdência de Vitória. Seu último concurso foi para procurador do Ministério Público de Contas para, aos 49 anos, ocupar a cadeira de conselheiro e corregedor-geral.

"Meu desejo em contribuir para melhorar a eficiência do serviço público foi uma das razões que me motivaram a trabalhar no Tribunal. Trata-se de uma questão de ordem social, não apenas de mero cumprimento de formalidades legais", explica ele.

Sua preocupação com o semelhante e sua luta por melhorias sociais coletivas surgiram durante a juventude. Católico praticante, por um longo tempo Domingos Taufner

participou assiduamente de grupos de jovens das Comunidades Eclesiais de Base, onde conheceu sua mulher, com quem é casado há vinte anos e tem dois filhos.

Domingos Taufner cultivava uma vida leve. Consome pouca carne e não ingere álcool há mais de vinte anos. Destaca que sua fome é por leitura e trabalho, coisas de sonho continuado, de um dia viver numa sociedade mais justa. Aquele tímido menino do interior cresceu. O mundo virou seu palco, com a disposição de sempre. **■**



Acima, Domingos Taufner sendo crismado pelo bispo Dom Geraldo Lyrio Rocha; abaixo, já na vida pública, autografando seu livro Manual do Candidato a Vereador

## Ele quer a Corte mais próxima da sociedade

**S**e Luís Henrique Anastácio da Silva tivesse que resumir a sua trajetória profissional em apenas uma palavra, não haveria dúvida: mérito. "As pessoas têm que conquistar seus objetivos pelo mérito. Essa é a grande lição que eu aprendi com a vida". Inspirado por esse aprendizado, Luís Henrique guiou sua carreira e, pelo devido merecimento, recentemente foi indicado pelo governador Renato Casagrande para ocupar o cargo de procurador-geral do Ministério Público Especial de Contas.

O menino de família humilde, nascido em Bangu, subúrbio do Rio de Janeiro, jamais poderia imaginar tal honraria tantos anos depois. Mas foi ainda na infância que Luís Henrique aprendeu com os pais - já falecidos - a importância de pensar no futuro. De sua mãe, professora aposentada, herdou a paixão pelos estudos. De seu pai, servidor público, herdou o estímulo para seguir a carreira pública.

Em seu caminho, porém, não houve somente flores. Durante o ensino médio, um espinho chamado preconceito fez Luís Henrique sentir na pele as piadinhas racistas que o atingiam diretamente, afinal, era o único negro de sua turma. Na época, ele estudava em um conceituado colégio federal do Rio, em uma vaga conquistada depois de concorrida seleção. Porém, esse tipo de comportamento dos colegas nunca o desmotivou.

Afinal, ele sempre acreditou que a educação é o melhor caminho para igualar as pessoas.

Por isso, prestou vestibular e foi aprovado no curso de direito da PUC-RJ. Naquele período, fez o concurso para a Receita Federal e foi trabalhar como técnico do Tesouro Nacional por uma década.

Para realizar o desejo de ser advogado, Luís Henrique interrompeu a carreira pública e desempenhou a profissão até o ano de 2006, quando retornou ao serviço público para trabalhar como auditor fiscal da Receita Estadual no Espírito Santo, em Linhares.

No ano de 2010, foi empossado procurador do Ministério Público de Contas e veio morar em Vila Velha com a esposa e seus dois filhos. Neste ano, ele deu um dos passos mais importantes de sua trajetória ao ser nomeado procurador-geral do MP de Contas.

Em sua nova função ele pretende, juntamente com os outros procuradores, manter o trabalho de moralização e transparência que está em curso no MP de Contas e no Tribunal. Para isso, o estreitamento de laços com o Ministério Público Estadual será fundamental para garantir a observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência a que se submete a administração pública.

Outra medida será colocar no ar, a partir de fevereiro, um site em que serão publicadas as representações, recursos e pareceres elaborados pelos procuradores. "O Tribunal precisa, cada vez mais, dar satisfação do que faz, de modo que a população passe a entender o nosso trabalho e, conseqüentemente, sentir-se bem representada por nós", finaliza Luís Henrique. ▀

**W** AS PESSOAS TÊM QUE CONQUISTAR SEUS OBJETIVOS PELO MÉRITO"



*Luís Henrique quer que a Corte explique o que faz e dê satisfações à sociedade*